

Eleições Autárquicas 2013



Boletim sobre o processo político em Moçambique

Número EA 5 - 28 de Maio de 2013



Editor: Joseph Hanlon

Editor Adjunto: Adriano Nuvunga

Chefe de redação: Fatima Mimbire

Repórter: Anchieta Maquitela

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, e AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa
O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Para assinar em Português: <http://tinyurl.com/mz-pt-sub> To subscribe in English: <http://tinyurl.com/mz-en-sub>

Alguns Brigadistas Exigem Atestados de Residência Para Recenseamento

Algumas brigadas de recenseamento localizadas nas Cidades da Matola, na província de Maputo, e no norte de Moçambique, estão a exigir aos eleitores atestados de residência para poderem se registar e ter os seus cartões.

O Porta-voz do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), Lucas José diz que não houve qualquer orientação no sentido de exigir o atestado de residência e sublinhou que tal exigência é ilegal.

Os atestados de residência são emitidos pelo secretário do bairro. Este documento não consta do rol de exigências para obter o cartão de eleitor.

Para recensar é preciso ser portador do Bilhete de Identidade, passaporte ou qualquer outro documento que tenha fotografia actualizada, assinatura ou impressão digital e que seja geralmente utilizada para identificação, pode ser carta de condução, cartão de trabalho, de estudante, de identificação militar ou caderneta de desmobilização.

Por outro lado, o eleitor pode apresentar duas testemunhas com idade eleitoral e que se estejam inscritos no mesmo posto de recenseamento, ou entidades religiosas ou tradicionais, de incontestável.

Recenseamento eleitoral arrancou com alguns problemas e fraca adesão

Os primeiros dias de recenseamento eleitoral nas 43 autarquias estão a ser marcados por vários problemas, desde avaria do equipamento informático, falta de tinta para impressão do documento, início tardio das actividades, desistência e pela fraca adesão dos eleitores aos postos de recenseamento.

Em muitos postos de recenseamento, o registo ocorreu sem sobressaltos durante o fim de semana, tendo emitido dezenas de cartões. Entretanto, a partir desta segunda-feira os problemas começaram a generalizar-se.

Na Cidade de Nampula, muitos postos de recenseamento estão encerrados devido a avaria das

máquinas. O facto ocorreu esta segunda-feira.

Na autarquia de Lichinga, o Posto de Recenseamento número um, localizado na Escola Primária Completa (EPC) de Muchenga, não está a funcionar, por falta de tinta para a impressora. O problema iniciou por volta das 12 horas de Sábado e até a manhã desta segunda-feira não estava solucionado. O mesmo foi verificado em Metangula, Guruè, Matola, Nampula, e Namaacha.

A dificuldade na utilização do equipamento está a provocar enchentes nos postos de recenseamento e alguns eleitores dizem que chegam a esperar três horas para obter o cartão. No distrito de Gondola, os técnicos tiveram problema para registar as primeiras pessoas que se fizeram aos postos de recenseamento no sábado. A justificação foi falta de domínio do equipamento.

No posto de recenseamento instalado na Escola Secundária de Mocone, na Cidade da Quelimane, até as 10 horas e 30 minutos desta segunda-feira, tinham sido atendidos somente quatro eleitores e os que ainda se encontravam na fila queixavam-se da morosidade no atendimento.

Em Nacala-Porto, alguns eleitores dizem que o registo chega a levar 30 a 40 minutos, quando o mesmo devia levar menos de cinco minutos. A longa espera está a provocar desistência de eleitores.

Nalgumas zonas onde não há corrente eléctrica foram alocados pequenos geradores para assegurar o funcionamento normal da máquina.

Recenseamento está mal na cidade de Quelimane nos primeiros três dias

O processo de recenseamento de eleitores para as eleições de Novembro próximo, entrou no 3º dia, com os problemas de equipamento informático a sobressair como aspecto de gravidade, na cidade de Quelimane, na última 2ª feira.

Depois da abertura dos postos no sábado, os agentes de recenseamento tiveram que paralisar as suas actividades na 2ª feira, sendo que na Escola Primária de Coalane, por exemplo, o problema atingiu a gravidade ao ponto de se verificar o adiamento da actualização do cartão de eleitor do presidente do Município, Manuel de Araújo, porque até as 9 horas, as condições ainda não estavam reunidas.

Para além de Coalane, também na zona de Cololo, Sangravera, Sinacura, arredores da cidade de Quelimane, ocorreu a paralisação do processo desde domingo até 2ª feira, devido a crise na operação das máquinas, algumas das quais impossibilitadas de imprimir, por questões que o director das Operações do STAE, na cidade de Quelimane, Abdul Rajab relacionou com incompatibilidade de toner (tinto).

No caso de Sinacurra, o problema tem a ver com a deficiência da corrente eléctrica, que o STAE prometeu superar imediatamente com instalação de geradores.

Com um total de cinco zonas residenciais, o STAE instalou 22 postos de recenseamento eleitoral, na cidade de Quelimane, a maioria dos quais iniciaram os trabalhos com deficiências do equipamento.

O STAE refuta que haja avarias generalizadas das máquinas e admite que o problema esteja relacionado com a capacidade técnica dos agentes de recenseamento, que ainda estão a tentar adaptar-se aos instrumentos, o que será superado com tempo, assim que eles ganharem a prática

STAE Elabora Plano Para 10 Novas Autarquias

O recenseamento não está a ter lugar nos 10 novos municípios e STAE ainda não sabe quando isso vai começar.

De acordo com Lucas José, porta-voz do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), tudo será feito no sentido de a votação ocorrer no dia 20 de Novembro próximo tal como está estabelecido no calendário eleitoral.

Segundo José, ainda será definida uma data para a realização do censo de eleitores nas novas autarquias.

"O calendário prevê que o recenseamento eleitoral inicie no dia 25 de Maio, em todos os distritos onde se localizam os 43 municípios e não é possível fazer com aconteça nas novas autarquias. Vamos elaborar um programa para estas 10 autarquias, mas vamos fazer de tudo para que as eleições decorram no mesmo dia em todos os 53 municípios", referiu, Lucas José.

Os custos de inclusão das 10 autarquias no processo eleitoral deste ano é de pouco mais de 501.6 mil meticais.

AINDA SOBRE COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ELEITORAIS:

MDM Candidata Menor de 25 anos Para Integrar Comissão Eleitoral de Gurué

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM), segundo maior partido da oposição no país e com 8 assentos na Assembleia da República, propôs uma jovem menor de 25 anos para integrar a Comissão Distrital de Eleições em Gurué, província da Zambézia.

A candidatura do MDM foi rejeitada e o partido acusa a Comissão Provincial de Eleições da Zambézia de má-fé, por não ter, ainda, aceite a sua proposta de substituição.

O director do Gabinete de Eleições do MDM, na Zambézia, Joaquim Waeque Maloa, que reconheceu a irregularidade, disse que o seu partido já apresentou uma proposta com nome de Walton Anaton Roberto. Todavia, acusou a CPE da Zambézia de retardar o processo de integração do mesmo.

Por seu turno, Emílio Mpanga, presidente da Comissão Provincial de Eleições na Zambézia, alegou que o MDM submeteu tardiamente a proposta de substituição, mas garantiu que a confirmação de Walton Roberto como membro da Comissão Distrital de Eleições em Gurué, ainda, aguarda a homologação da CNE.

Enquanto isso, a Comissão Distrital de Eleições de Gurué é composta pelos cinco representantes da Sociedade Civil e três da Frelimo, partido no poder. A Renamo, que devia, igualmente, estar representada neste órgão, decidiu boicotar as eleições de 20 de Novembro próximo, por alegadamente não haver condições legais e materiais para o efeito.

Frelimo ou Sociedade Civil?

A selecção dos representantes da sociedade civil para as Comissões Provinciais e Distritais de Eleições foi marcada por polémicas, devido a candidatos com fortes relações com a Frelimo.

Na província de Nampula foi seleccionado para membro da Comissão Provincial Daniel Ramos, cuja candidatura foi proposta pela ONP (Organização Nacional dos Professores). Ramos, que foi eleito presidente do órgão pelos seus pares, foi administrador de Moma e é membro do Comité Provincial da Frelimo.

Na província da Zambézia, Constância Constâncio, membro da assembleia municipal de Quelimane, pela bancada da Frelimo, chegou a ser empossada como membro da Comissão Provincial. Os dois cargos são incompatíveis, segundo refere a lei. Constância Constâncio fora proposta pela Associação dos Naturais e Amigos do distrito de Namacurra e após várias discussões sobre a ilegalidade da sua candidatura, renunciou ao cargo de membro da Comissão Provincial.

No distrito de Massinga, em Inhambane candidataram-se, em nome da sociedade civil, à Comissão eleitoral, dois indivíduos com fortes e claras ligações com a Frelimo. Trata-se de Carlos Januário Bié, que foi director dos serviços distrital de educação, juventude e tecnologia no mesmo distrito, e Cartino Xavier Zunguze, ex-Secretário Distrital da Organização da Juventude Moçambicana (OJM), o braço jubenil Partido Frelimo.

Em Niassa foi apresentada a candidatura de Calisto Mussa, por duas Organizações da Sociedade Civil, nomeadamente, ESTAMOS – Organização Comunitária e ANAM – Associação dos Naturais e Amigos de Mecanhela. Calisto foi aprovado e eleito presidente do órgão, não se sabendo por qual das duas propostas. Ele é gestor do Centro Provincial de Ensino a Distância e foi director da então Escola Industrial e Comercial Ngungunhane, actual instituto Comercial em Lichinga.

Grande parte das propostas da sociedade civil que foram aprovadas são provenientes da ONP e Organização dos Trabalhadores de Moçambique-Central Sindical (OTM-CS), bem como de organizações religiosas. Os líderes da OTM e das organizações religiosas são vistos como figuras intimamente ligadas à Frelimo.

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Editor Adjunto: Adriano Nuvunga Chefe de redação: Fatima Mimbire Repórter: Anchieta Maquitela

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Publicado por CIP e AWEPA:

CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Frente de Libertação de Moçambique (ex-Pereira do Lago), 354, r/c (CP 3266) Maputo www.cip.org.mz cip@cip.org.mz Tel: +258 21 492 335, 82 300 33 29
AWEPA, the European Parliamentarians with Africa, Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo awepa@awepa.org.mz Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
